



Espaços Públicos de Inclusão Digital: comunicação, políticas, sociabilidades¹

Coordenação:

Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda (IELUSC)

Participantes:

Juciano de Sousa Lacerda², docente, Assoc. Educ. Luterana Bom Jesus - IELUSC

A. Efendy Maldonado³, docente, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Theóphilos Rifiótis⁴, docente, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

RESUMO

A inclusão digital como inclusão social é recorrente nos discursos da Sociedade da Informação. Nesta mesa “Espaços Públicos de Inclusão Digital: comunicação, políticas, sociabilidades”, propomo-nos a discutir os aspectos comunicacionais, políticos e os processos de sociabilidade relacionados às experiências de inclusão digital em espaços públicos, para além da proposição de exclusão digital compreendida como privação das pessoas de computador, linha telefônica e provedor de acesso. Caracterizar a exclusão digital pelo não acesso a essa tríade é correr o risco de focalizar projetos mais na tecnologia de hardwares (equipamentos e estruturas) e softwares (programas) e passar quase despercebido pelas condições políticas e socioculturais, que não podem ser deixadas de lado em termos de cidadania digital.

PALAVRAS-CHAVE

Inclusão digital; comunicação; cidadania; sociabilidade; telecentros

¹ Mesa apresentada no III Colóquios Multitemáticos em Comunicação - Multicom, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²

Juciano de Sousa Lacerda é Doutor em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pesquisador do Núcleo de Estudos da Comunicação (Necom-IELUSC) e dos grupos de pesquisa ProcessoCom (PPGCom-Unisinos) e GrupCiber (PPGAS-UFSC).

³ **A. Efendy Maldonado** é Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo, tem pós-doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona, é coordenador do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais (ProcessoCom) do PPGCom da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

⁴ **Theóphilos Rifiótis** é Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo, tem pós-doutorado no Departamento de Antropologia e Centro Internacional de Criminologia Comparada da Universidade de Montreal, é coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia (GrupCiber) do PPGAS/UFSC.



PROPOSTA DA MESA⁵

O problema conceitual da exclusão/inclusão digital

A tentativa de universalização das tecnologias de informação e comunicação é ainda dispersa, mas, dentro do contexto da Sociedade da Informação, tem se disseminado projetos de inclusão digital cuja premissa é o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente a Internet, como estratégia para *inclusão social*.⁶ Por meio de parcerias entre sociedade civil, governo, autarquias e iniciativa privada, há um considerável surgimento de telecentros nas grandes metrópoles brasileiras.⁷ O risco da *inclusão digital* como *inclusão social* é a recorrente metonímia dos conceitos nos discursos desenvolvimentistas contemporâneos, pois a desigualdade de acesso aos computadores em rede representa somente uma parte e não a totalidade do problema da desigualdade em nossas sociedades. “Enquanto a sociedade não estiver disposta a atacar os problemas maiores de desigualdade em moradia, educação e atendimento médico, as tentativas de oferecer acesso igual aos computadores não poderão ser totalmente bem-sucedidas” (DYSON, 2001, p 75). Mesmo assim, Dyson acredita que o acesso aos computadores pode ser “um bom começo”.

⁵ A presente proposta tem como base a tese de doutorado de Juciano Lacerda, *Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais: Conexões e sentidos entre espacialidades pessoais, arquitetônicas e digitais: um estudo da experiência dos internautas em telecentros de acesso público gratuito dos projetos Paranavegar e Faróis do Saber – Curitiba (PR)*, desenvolvida no PPGCom da UNISINOS, com bolsa Capes/Prosup, defendida em março de 2008.

⁶ A visão de inclusão digital como inclusão social é tratada de diferentes perspectivas por Warschauer (2006); Mari Sáez et al (2004); Torrico (2005); Josgrilberg (2005); Dyson (2001); Robinson (2000); Silveira e Cassino et al (2003), Silveira (2005).

⁷ Alguns números: o GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) <http://www.idbrasil.gov.br/menu_interno/localidades/index_html> anuncia possuir 3362 espaços públicos para acesso à internet em todo o país <http://www.idbrasil.gov.br/menu_interno/file.2007-08-07.8051971372> Atualizado em agosto de 2007. O Banco do Brasil em parceria com órgãos e administrações públicas e ONGs atende a 693 municípios brasileiros com doação de computadores que originaram 1.600 telecentros <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/id/Telecentros.jsp>>. O projeto Acessa SP, do Governo Estadual de S. Paulo, possui 404 Postos (locais públicos para acesso à internet) abertos <http://www.acesasp.sp.gov.br/html/modules/xt_conteudo/index.php?id=9>. O projeto de Telecentros da cidade de São Paulo conta com 152 espaços ativos <<http://www.telecentros.sp.gov.br/index.php?mapas=1>>. O projeto Paranavegar, do Governo Estadual do Paraná, conta com 110 telecentros em todo o estado <<http://www3.pr.gov.br/e-parana/atp/telecentro/index.php>>. A prefeitura de Curitiba possui uma rede de 44 telecentros nos Faróis do Saber <<http://www.curitiba.org.br/digitando/index1.php?digitando=1>>. A prefeitura de Porto Alegre afirma ter 30 telecentros regularizados, recebendo recursos da Prefeitura para prestarem serviços de acesso à internet e cursos de informática básica gratuitamente <http://www.telecentros.com.br/default.php?p_secao=2>. Mas informações dos telecentros não são atualizadas desde dezembro de 2004. <http://www.telecentros.com.br/default.php?reg=33&p_secao=5> [dados acessados em 20/05, 25/09 de 2006 e atualizados em 25/08 de 2007]. Em relação à proporção da população brasileira, o número de telecentros ainda tem uma cobertura limitada. São 16.722 projetos que representam potenciais pontos de inclusão digital (PIDs), segundo o Mapa da Inclusão Digital produzido pelo Ibict e apresentado em 08/05/2007 <http://inclusao.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=754&Itemid=517>. No país, 66,68% da população nunca acessou a internet. Dos 33,32% que já acessaram, somente 3,49% o fizeram em centros públicos de acesso gratuito. 40,04% acessam de casa. Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cgi.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação – TIC Domicílios – julho/agosto de 2006 – C4 – Local de acesso individual à internet <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2006/rel-int-04.htm>> [Acesso em 25/08/2007].



Para Silveira (2005) não se trata de só um ponto de partida, mas um aspecto crucial, pois a nova face da exclusão social seria a exclusão digital. Exclusão digital entendida como a privação das pessoas de “três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso”(SILVEIRA, 2005, p. 18). Em sua visão, seria incorreto classificar a exclusão digital como “mera consequência” da exclusão social, pois

o resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva. Estes três resultados podem ser comparados aos estragos que a fome gera nos primeiros anos de vida de uma criança (SILVEIRA, 2005, p. 18).

Caracterizar a exclusão digital pelo não acesso à tríade computador, telefonia e provedor de acesso é correr o risco de focalizar projetos mais na tecnologia de *hardwares* (equipamentos e estruturas) e *softwares* (programas) e passar quase despercebido pelas condições humanas e sociais que não podem ser deixadas de lado. “Nesse sentido, a exclusão digital caracteriza-se não apenas pelo acesso físico a computadores e à conectividade, mas também a recursos adicionais, que permitem que as pessoas utilizem a tecnologia de modo satisfatório” (WARSCHAUER, 2006, p. 21).

Entre os vários problemas do conceito de exclusão digital desenvolvidos por Warschauer (2006, p. 21-23), destacamos três dificuldades. A primeira delas é justamente atribuir maior importância à presença física de computadores e conectividade, do que a questões como “conteúdo, língua, educação, letramento⁸ ou recursos comunitários”. Um outro problema é que o conceito implanta uma falsa idéia de “cisão bipolar” da sociedade, na mesma lógica binária (*aberto/fechado*), entre ter ou não acesso a informações, quando o que encontramos de fato são gradações. Entre os que têm acesso, temos desde aqueles que possuem banda larga conectada 24 horas aos que acessam somente depois da meia-noite, durante a semana, por que usam conexão telefônica. Ou estudantes que não têm computador nem internet em casa, mas usam no telecentro ou na escola. E podemos encontrar pessoas que nunca usaram um computador, mas que ao precisarem fazer sua declaração de isento do imposto de renda, solicitam a um filho que o façam no telecentro do bairro. Um terceiro problema apontado por Warschauer é a causalidade pressuposta pelo conceito de exclusão digital:

⁸ A noção de “letramento” do autor estaria mais próxima da idéia de desenvolver habilidades específicas para o uso dos computadores e da Internet.



não ter computador nem internet impediria alguém de conseguir oportunidades na vida, ou seja, estaria impedido de exercer sua “inteligência coletiva” como argumenta Silveira (2005). “Embora essa idéia seja incontestavelmente verdadeira, o inverso também é verdadeiro: aqueles que já estão marginalizados terão menos oportunidades de acesso e de uso da informática e da internet” (WARSCHAUER, 2006, p. 23). Assim, a complexidade da relação sociedade e tecnologia ficaria limitada à ação causal da tecnologia sobre a sociedade, pois os instrumentos de tecnologia da comunicação e informação são necessários, mas não suficientes. A tecnologia digital de comunicação e informação “não existe como variável externa, a ser introduzida a partir do exterior, para provocar certas conseqüências. Ao contrário, está entrelaçada de maneira complexa nos sistemas e nos processos sociais” (WARSCHAUER, 2006, p. 23).

A visão do mercado sobre a exclusão digital

No mercado dos bens simbólicos, a noção de exclusão digital tem motivado o campo empresarial (a exemplo de grandes empresas de produção de computadores e *software*) também a realizar e apoiar projetos como possibilidade de novas frentes de mercado presentes e futuras. A ênfase em oferecer computadores em grande escala e conectividade, perspectiva da lógica de combate à exclusão digital, deixa claro o dilema da indústria e o limite do seu protagonismo.

As indústrias de computadores e *software* são orientadas por dois impulsos contraditórios. Por um lado, elas desejam sinceramente ampliar seu mercado, tornando os computadores acessíveis a todos. Por outro lado, são forçadas, por pressões da concorrência, a melhorar constantemente os produtos, aumentando sua potência e velocidade, acrescentando novas características e novas complicações. O segmento superior do mercado impulsiona o desenvolvimento de novos produtos, e os novos produtos permanecem fora do alcance dos pobres. No cabo-de-guerra entre ampliar o mercado e agradar ao cliente do segmento superior, é este que normalmente ganha (DYSON, 2001, p. 75).

A perspectiva do lucro suplantou, até o momento, uma das mais famosas iniciativas de se levar computadores educacionais e de baixo custo a todas as crianças. A organização *One Laptop Per Child* (OLPC) criada pelo ex-professor do MIT Nicholas Negroponte havia anunciado um projeto ousado de produzir laptops ao preço de 100 dólares, o XO. A poderosa Intel resolveu participar do ambicioso projeto como membro do conselho da OLPC, em junho de 2007, ao mesmo tempo em que



desenvolvia seu próprio modelo, o Classmate PC. O XO não conseguiu chegar ao patamar de 100 dólares e, nos primeiros dias de 2008, a Intel anunciou a saída do conselho para investir fôlego no seu próprio projeto, pois a OLPC insistia que a multinacional abandonasse o Classmate PC. A Intel agora encara o modelo da OLPC como concorrente, pois usará processador da empresa AMD.⁹

O Governo brasileiro demonstrou interesse em adquirir os laptops educacionais de baixo custo ao realizar um pregão para melhores ofertas em vista do projeto piloto “Um computador por aluno” (UCA). Em 18 de dezembro de 2007, o grupo Positivo de Informática, representante no Brasil da Intel/Classmate PC, ganhou a primeira rodada do pregão, mas com um valor de computador portátil de R\$ 654,00 (cerca de US\$ 360). A própria OLPC também não conseguiu manter o preço que seu idealizador havia prometido de US\$ 100, pois seus laptops ultrapassariam os R\$ 354,00 (cerca de US\$ 200).¹⁰ O curioso é que o grupo Positivo ofereceu em leilão semelhante no Uruguai, em outubro de 2007, um valor de US\$ 245 (cerca de R\$ 435). A explicação para a diferença de preço seria que o edital brasileiro solicitava maior tempo de garantia e manutenção e instalação em cada unidade escolar, o que encareceria o produto.¹¹

Enquanto é travada essa luta no campo do uso dos computadores e portáteis na educação, é notável o aumento das vendas de computadores no Brasil de 2004 para 2007. A queda dos preços relacionada à baixa do dólar e redução de impostos,¹² aliado à diminuição dos juros que possibilita financiamentos mais longos têm contribuído para o aumento do número de computadores nas residências brasileiras. Foram comercializados 9,98 milhões de PCs em 2007 no Brasil, representando um crescimento de 21,4% sobre os índices de 2006. Somente o mercado de *notebooks* cresceu 183%, com mais de 1,9 milhões de portáteis vendidos em 2007.¹³ A pesquisa *TIC-Domicílios 2006*, do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br)¹⁴ apontava a presença do computador em 20% dos domicílios. Em setembro de 2007, já se calculava 22,4% (de

⁹ Pressionada, Intel abandona conselho da OLPC, *Computerworld*, 04/01/2008, disponível em [<http://computerworld.uol.com.br/mercado/2008/01/04/idgnoticia.2008-01-04.1735672375/>]. Acesso em 06/01/2008.

¹⁰ Valor em dólares norte-americanos.

¹¹ Felipe Maia. Positivo diz que laptop por US\$ 100 está fora de cogitação. *Folha Online*, caderno de Informática, 16/01/2008. Disponível em [<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u364241.shtml>]. Acesso em 16/01/2008.

¹² A Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, que instituiu a redução do PIS e Cofins (9,25%) para computadores avaliados em até 4 mil reais.

¹³ REDAÇÃO IDGNOW!. Brasil vende 9,98 milhões de PCs em 2007 e espera crescer 14% em 2008. *IDGNow!*, *Computação pessoal*, 30/01/2008, disponível em [http://idgnow.uol.com.br/computacao_pessoal/2008/01/30/brasil-vende-9-98-milhoes-de-pcs-em-2007-e-espera-crescer-14-em-2008/], acesso em 06/02/2008.

¹⁴ Indicadores, disponível em [www.cgi.br]



um total de 54,6 milhões de residências).¹⁵ Houve, assim, uma considerável ampliação da participação das classes médias no mundo digital, com o Brasil atingindo 21,4 mil internautas residenciais em 2007.¹⁶ Isso possibilitou ao Brasil melhorar no índice de penetração da Internet, ficando em 72º lugar, ficando à frente de Uruguai (75º), Argentina (78º) e México (79º).¹⁷ O significativo aumento das vendas de portáteis e computadores no Brasil, em 2007, levou a Philips, tradicional no mercado de aparelhos de TV, a começar no país a sua entrada mundial no mercado de *notebooks*. São dois modelos inicialmente fabricados na China, mas com previsão de instalar fábrica no Brasil ainda no primeiro semestre de 2008.¹⁸

Contudo, o mercado não vive somente esse dilema entre o lucro e a possibilidade de expandir o acesso em relação a computadores e softwares. A informação também é vista não só como expansão do conhecimento, mas como fonte de lucro. Grande parte da informação que circula nas redes digitais, encarada como “serviço”, tem seu custo cobrado diretamente a quem acessa (WOLTON, 2003). O pagamento pode ser destinado para se comprar o direito de acessar determinadas informações, ou embutido em custos de recebimento/envio de dados. No Brasil, uma mensagem de SMS enviada de um celular para outro custa R\$ 0,39 e o direito de acesso ao conteúdo de um dos maiores provedores nacionais custa, em média, R\$ 20.¹⁹ O poder econômico e tecnológico que marca a relação desigual em relação aos computadores, conectividade, softwares e informações é transfigurado em capital simbólico (BOURDIEU, 2003), cujo operador é o modelo ascendente de mídia transnacional, envolvendo o binômio informação e entretenimento, e potencializado pela veiculação digital via rede mundial de computadores. Nessa visão, os telecentros podem ser considerados um novo produto, ofertado de um *lugar* específico, a “Sociedade da Informação”, em cujas propostas de combate à “exclusão digital”, estão em jogo interesses políticos, econômicos,

¹⁵ Acesso a computador nas residências brasileiras quase dobra em cinco anos. *IDGNow!*, *Computação Pessoal*, 14/09/2007, disponível em [http://idgnow.uol.com.br/computacao_pessoal/2007/09/14/idgnoticia.2007-09-14.4539225998/], acesso em 15/01/2008.

¹⁶ Internautas brasileiros crescem 48,4% em 2007, afirma Ibope//NetRatings. *IDGNow!*, *Internet, Inclusão Digital*, 17/01/2008, disponível em [http://idgnow.uol.com.br/internet/2008/01/17/ibope-mesmo-com-aumento-de-e-commerce-total-de-usuarios-cai-em-dezembro/], acesso em 06/02/2008.

¹⁷ Segundo o estudo "*Information Economy Report 2007-2008*", divulgado pela Conferência da ONU para Comércio e Desenvolvimento (Unctad, da sigla em inglês), em 06/01/2006 (ONU coloca Brasil como 81º país em penetração de celulares e 72º em web. *IDGNow!*, *Internet, Inclusão Digital*, 06/02/2008, disponível em [http://idgnow.uol.com.br/internet/2008/02/06/onu-coloca-brasil-como-81o-pais-em-penetracao-de-celulares-e-72o-em-web/], acesso em 06/02/2008).

¹⁸ RODRIGUES, Nando. Brasil marca entrada mundial da Philips no mercado de notebooks. *Computerworld, Mercado*, 28/11/2007, disponível em [http://computerworld.uol.com.br/mercado/2007/11/28/idgnoticia.2007-11-28.6917371618/], acesso em 06/02/2008.

¹⁹ Dados de janeiro de 2008, a partir de demonstrativo de conta telefônica da empresa TIM e de comprovante de pagamento do UOL (Universo On Line).



socioculturais de atores transnacionais (megacorporações, organizações multilaterais, ONGs etc), Regionais-Nacionais (países e mercados comuns) e Locais (cidades, bairros, zonas rurais etc.). Nesse lugar, os espaços são tensionados e disputados.

Pensar a partir das lógicas do consumo como produção

Por outro lado, abrem-se perspectivas nos bairros e comunidades de periferia para uma inclusão tecnológica que, por sua vez, pode fazer repensar a mesma lógica de informação e entretenimento, sob a forma de um consumo produtivo (GARCÍA CANCLINI, 1999). Ao destacar essa conjuntura do “consumo”, e preponderância da lógica do mercado, García Canclini propõe que devemos repensar o conceito, tendo em vista que, para os cidadãos, a esfera do “consumo” tornou-se uma possibilidade de posicionamento da cidadania. Não é preciso ir muito longe, esse reposicionamento da noção de consumo já havia sido abordada por Karl Marx quando assume que essa ação de *reconhecimento* se caracteriza também como um ato de produção de conhecimento, visto que o “consumo também é produção” e, mais ainda, “só no consumo o produto [conhecimento válido] conhece sua realização última” (MARX, 1977, p. 219). García Canclini propõe que se avance numa noção de mercado para além de trocas mercantis, mas como parte de interações sociais mais complexas, numa perspectiva de consumo definida

não como uma mera possessão individual de objetos isolados mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens (GARCÍA CANCLINI, 1999, p. 90).

Esse processo de inclusão representa, por um lado, uma abertura a formas de comunicação e expressão digitais que acenam para uma cidadania comunicacional e, por outro, significa o acesso a novas formas de consumo de produtos informativos, de entretenimento, educativos e de serviços baseados no ambiente midiático-comunicacional da internet. Mas essa cidadania comunicacional mediada pelo digital não está dada e não é garantida pelo simples acesso (pago na maioria das vezes) às múltiplas possibilidades de conteúdo dos sistemas de bancos de dados digitais. Wolton (2003) enxerga um limite: o da *competência*.

O acesso a “toda e qualquer informação” não substitui a competência prévia, para saber qual informação procurar e que uso fazer desta. O *acesso direto não suprime a hierarquia do saber e do conhecimento* (grifos do autor). E há certa bravata em acreditar que é possível se cultivar sozinho por pouco que se tenha acesso à rede (WOLTON, 2003, p. 87).

Não podemos negar a importância da competência prévia na qualificação na navegação e seleção de informações na rede, mas, ao mesmo tempo, as competências são construídas no uso, na experiência com esses dispositivos digitais. Se Wolton prediz que “os usos relativizarão os ardentes discursos de hoje” (2003, p. 84), numa visão crítica de que os resultados ficariam abaixo das utopias tecnocráticas, seria possível também dizer que o uso coletivo, no ambiente dos telecentros, poderia constituir usos que demonstrariam a relativização da competência prévia. Contudo, essa relativização não se daria no nível de concordância com as utopias tecnocráticas. É preciso compreender na vivência cotidiana a experiência dos modos de uso e apropriação dos telecentros por parte dos coletivos locais, as relações de solidariedade e distinção, os ganhos materiais e simbólicos, as perdas. Michel de Certeau (2000) destaca o “consumo” ou “uso” (como se refere também) como “uma outra produção”, *astuciosa e dispersa*, “mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiqüamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (grifos do autor) (CERTEAU, 2000, p. 39). Dentro de um “contexto de uso” dos telecentros, dado por regras do *lugar* da oferta, da ordem dominante, por uma lógica de “combate à exclusão digital”, é possível ainda procurar as *práticas, maneiras de empregar-atualizar, operações* que constituem *redes de lugares e de relações de sentido*, num espaço organizado de outra ordem, nas comunidades, que lhes não é próprio, mas do qual se *apropriam* constituindo singularidades, sinais, traços, marcas ou *pactos* com um *outro* imbricado de relações de força, midiáticas e não-midiáticas, de assimetria, de hegemonias e contra-hegemonias, de verticalidades e horizontalidades.

Uma outra visão da inclusão digital: inserção no cotidiano

Apresentados os limites do conceito de *exclusão* digital, a noção propositiva de *inclusão* digital se aproxima da perspectiva de inclusão social, como sendo uma possibilidade de política de inclusão, dentre tantas outras possíveis e necessárias que não podem ser substituídas ou minimizadas. Portanto, “encarar a inclusão digital como



um objeto de política pública, portanto, é fundamental” (JOSGRILBERG, 2005, p. 114), mas uma política aliada e em relação com outras também essenciais na atualidade. Nessa perspectiva política, “o cidadão ou cidadã comum toma posse do projeto inicial e, a partir dessas referências, organiza seus próprios percursos” (JOSGRILBERG, 2005, p. 115). A percepção não se limita ao aspecto da infra-estrutura material, mas também em paralelo engloba uma complexa iniciativa cultural (SCHAFF, 1995, p. 94). Foge-se da lógica denunciada por Schaff ainda quando a geopolítica era constituída por países de *Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo*, “no que se refere ao aspecto tecnológico da atual revolução industrial (...), propagam a ilusão de que bastaria enviar uma quantidade adequada de microcomputadores para resolver automaticamente os problemas do Terceiro Mundo” (1995, p. 94). As populações passam de alvo a protagonistas dos projetos de inclusão digital. A noção associada à perspectiva de inclusão social não se limita a uma partilha adequada de recursos, mas à possibilidade de participar no modo como são determinadas as oportunidades de vida tanto individuais como coletivas (WARSCHAUER, 2006, p. 24). Claro que aqui não se quer dizer que não haja carências e desigualdades na distribuição de recursos, nem tampouco legitimar que os coletivos tenham que disputar e concorrer entre si na disputa por melhores condições, mas que, com a mediação política necessária, tenham a possibilidade de participar das decisões, da implementação e da gestão de projetos de inclusão digital.

Um projeto de inclusão digital é, na maioria das vezes, caracterizado por telecentros implantados nas comunidades. O telecentro, por suas características de conectividade, é um ambiente que proporciona o contato entre pessoas em seu espaço físico e, como principal atrativo, com informações, seja de caráter midiático (produzidas pelos meios de comunicação de massa) seja produzidas por instituições, coletivos ou pessoas que interagem no ciberespaço. Portanto, possuem um caráter midiático-comunicacional. Os usos e apropriações que fazem dos telecentros (assim como de qualquer outro meio de comunicação) não estão desvinculados da *vida cotidiana* e a ela incorporam novos objetos técnicos. É preciso entender, como diz Roger Silverstone, a “mídia como um processo – e reconhecer que o processo é fundamental e eternamente social” (2002, p. 17). Ou seja, há uma historicidade específica dos meios de comunicação, que põe em xeque a simples especulação, pois essa historicidade se dá na vida cotidiana. “O século XX viu o telefone, o cinema, o rádio, a televisão se tornarem objetos de consumo de massa, mas também instrumentos essenciais para a vida cotidiana” (SILVERSTONE, 2002, p. 17).



Ao mesmo tempo, compreender o midiático como processo na experiência digital nos telecentros, “implica um reconhecimento de que ele é fundamentalmente político ou talvez, mais estritamente, politicamente econômico” (SILVERSTONE, 2002, p. 17). Portanto, é na “textura da experiência”, no cotidiano, dos telecentros que as políticas de “inclusão digital” orientam os projetos, como tentativa de equilíbrio das “misérias” geradas pela *Sociedade da Informação* (SILVEIRA, 2005), com certas variações, e enunciam sempre um “lugar” prioritário a ser atendido: o *lugar periférico*.²⁰

São consideradas prioritárias para as ações deste Programa as cidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Paraná. (...)O IDH-M é aplicado para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios. (...)O Programa de Telecentros *Paranavegar* do Governo do Estado do Paraná é uma estratégia de justiça social, usando a inclusão digital como instrumento para o desenvolvimento local e regional, pois as comunidades, adquirindo as habilidades advindas da Tecnologia da Informação, recuperam cidadania e dignidade, melhorando seu conhecimento e renda, incidindo positivamente sobre o IDH municipal.²¹

Na realidade, foi uma necessidade de inserir mesmo a comunidade no mundo digital, e levar até para as pessoas mais carentes. Os faróis, na verdade, são em regiões mais necessitadas, para pessoas que não têm o acesso à Internet todo dia. Foi feito um projeto pra que se leve o acesso até essas pessoas. Porque a maioria dos faróis é localizada nos bairros, até pra descentralizar essa questão. Nós só temos dois faróis no centro e, o restante, todos os outros 44, se localizam em bairros, em regiões bem afastadas até pra que todos tenham esse acesso. [Entrevista com Janice Laurindo, Deise Voi e Mara Vilatore, coordenadoras de estagiários dos *Faróis do Saber*, Secretaria de Educação Municipal de Curitiba, 14/09/06]²²

A lógica adotada nos programas *Faróis do Saber*²³ e *Paranavegar*²⁴ é compartilhada por outros projetos de “inclusão digital”. Os telecentros comunitários do Acesa SP são “implantados em parceria com entidades comunitárias, em sua maioria localizadas na periferia da capital”.²⁵ Além de viabilizar o acesso da população a serviços públicos via Internet, a Prefeitura de Porto Alegre (RS) tem entre os objetivos

²⁰ O periférico como diferença e distância do que está no centro ou é central, pode ser compreendido de várias maneiras. Pode ser compreendido na hierarquia das classes das pesquisas sociométricas, na diferença topo-base da pirâmide do consumo de bens, dos salários, do poder aquisitivo. Também na relação entre cidades com maior ou menor desenvolvimento, em que o menor desenvolvimento está relacionado ao acesso a objetos técnicos, às distâncias (Milton Santos, 2002).

²¹ Tópico “Prioridade” do texto de apresentação do projeto Telecentros *Paranavegar*. [<http://www.telecentros.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>] Acesso em 30/03/07.

²² Entrevista realizada por Juciano Lacerda.

²³ Coordenado pela Secretaria Municipal de Educação com apoio do Instituto Curitiba de Informática (ICI), com 26 mil pessoas cadastradas até o final de 2007.

²⁴ Coordenado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SEAE) e realizado pela Companhia de Informática do Paraná (Celepar), com quase 44 mil pessoas cadastradas no estado até o final de 2007.

²⁵ Confira em *Acessa São Paulo: O que é o programa Acessa São Paulo?* [http://www.acesasp.sp.gov.br/html/modules/xt_conteudo/index.php?id=1] Acesso em 25/03/07.



dos telecentros: “Reduzir os índices de exclusão digital em Porto Alegre; levar conhecimento e educação às comunidades; e capacitar os usuários para o mercado de trabalho”.²⁶ O Plano de Inclusão Digital da Prefeitura de São Paulo destaca que “quando foi criada em janeiro de 2001, a Coordenadoria do Portal e Inclusão Digital encontrou as áreas de exclusão social e econômica da cidade fora da rede, com milhões de excluídos digitais”.²⁷ O programa da prefeitura de SP tem entre seus objetivos “incluir as pessoas das regiões de maior exclusão, na luta pelos seus direitos e no exercício de seus saberes coletivos, na busca de suas necessidades e no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao cotidiano em constante transformação”.²⁸ O discurso do *periférico* em suas estruturas enunciativas, como os critérios de “área de risco”, produzem uma *representação* negativa do cotidiano do bairro, lugar onde está situado o telecentro, mas são incorporados pelos gestores locais na ânsia por um mínimo de políticas públicas.

E a idéia básica nossa aqui é que nós somos uma comunidade que estamos em área de risco, “em alerta”, num critério do IBGE, do jovem. Na área de alerta de intervenções que os poderes públicos devem fazer, sabe. Alerta de segurança, de inclusão das pessoas que estão em situação de exclusão. Então, nós idealizamos por causa disso, por ser uma forma de pegar esses jovens, essa juventude da comunidade, além das pessoas que não estavam incluídas ainda, sejam idosos, jovens, pessoas da comunidade desempregada. [Entrevista Erni Benjamin Stein, Comitê gestor *Paranavegar* Vila Real, 18/09/07]

Nos objetivos da Prefeitura de S. Paulo há um destaque tanto para o *cotidiano* como sua *transformação*, com possibilidades de *satisfazer* necessidades e *desenvolver* habilidades e competências. Na proposta de Porto Alegre, temos um movimento do centro para a periferia: *levar* conhecimento e educação e, ao mesmo tempo, *capacitar* para o mercado. É o objetivo de combater a “exclusão digital” através da mudança pelo acesso à velocidade digital, pois o resultado dessa exclusão seria “o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa” (SILVEIRA, 2005, p. 18). Para Silveira,

a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção

²⁶ PMPA – Telecentros – Os Telecentros – O que é?. [http://www.telecentros.com.br/default.php?p_secao=2] Acesso em 25/03/07.

²⁷ Inclusão Digital – Coordenadoria de Inclusão Digital da Prefeitura de S. Paulo. [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/inclusao_digital/0001] Acesso em 25/03/07.

²⁸ Inclusão Digital – Coordenadoria de Inclusão Digital da Prefeitura de S. Paulo. [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/inclusao_digital/0001] Acesso em 25/03/07.



cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. Estar fora da rede é ficar fora dos principais fluxos de informação. Desconhecer seus procedimentos básicos é amargar a nova ignorância (SILVEIRA, 2005, p. 18).

Em seu cotidiano relacionado ao telecentro, o internauta que navega ali busca estabelecer seu próprio ritmo a partir de suas temporalidades, seus objetivos e limites (que podem ser distintos até de outros familiares) ou mesmo negociar suas práticas de consumo de tecnologias.

Então você tira uma meia-hora para usar a internet. É uma coisa específica, não é ir à internet quando quer. Você marca primeiro e depois vai, tem que coincidir com o seu ritmo [A. B., 19 anos, sexo fem., internauta *Paranavegar* Biblioteca Pública, 18/09/06].²⁹

Eu venho fazer pesquisa mesmo. O que o pessoal gosta, eu não curto muito que é ficar em bate-papo. Minha irmã, meu pai são viciados em ficar em bate-papo. Eu não tenho paciência de ficar no computador [K. V., 25 anos, sexo masc., internauta Farol Aristides Vinholes, 19/09/06].

Que nem eu, faço curso, tudo, mas não tenho computador ainda, porque não adianta tu comprar um computador e daí ficar lá pagando o computador e não saber mexer nele. Então, eu preferi fazer o curso primeiro pra depois poder comprar um computador pra mim, colocar internet e tudo [G. S., 21 anos, sexo masc., internauta *Paranavegar* Vila Real, 18/09/06].

Confrontemos essas vivências e percepções do cotidiano com as proposições de Sérgio Amadeu da Silveira e com os objetivos dos programas de telecentro citados acima. Por mais bem intencionadas que sejam os propósitos dos telecentros, quando se fala em “levar conhecimento” ou “capacitar para o mercado” há de se notar que guardam certo *revival* do funcionalismo, na lógica da Sociedade da Informação. Também se corre o risco, quando se fala em “estar fora dos principais fluxos de informação” ou “amargar a nova ignorância”, de cair numa *teoria crítica* às avessas. Isso por que o “esclarecimento” ou a “emancipação” não estariam mais na possibilidade de “uma nova arte da responsabilidade moral” (ADORNO, 1987, p. 293) ou na argumentação com base em uma ética do entendimento mútuo da “ação comunicativa” (HABERMAS, 2003, p. 165), pois se parece crer que a condição para se

²⁹ As entrevistas foram realizadas por Juciano Lacerda, em Curitiba-PR, durante pesquisa de doutoramento.



alcançar a *Aufklärung* (*esclarecimento*) é ter acesso ou estar conectado na nova racionalidade: a Sociedade Informacional.

Mudam as tecnologias de comunicação, mas ainda permanecem fundidas duas lógicas que marcaram o pensamento comunicacional: uma epistemologia “condutista” e outra de caráter “iluminista” (MARTÍN-BARBERO, 1995).³⁰ Se partirmos da noção de *cotidiano* como tempo-espaço em que se dão ações de ordem técnica, formal e simbólica (SANTOS, 2002, p. 82); e que o agir simbólico, lugar das formas culturais de apropriação é marcado pelo tempo social e cultural, e não somente pelo tempo da técnica, valorizaremos mais a “força dos lentos” e as formas como “escapam ao totalitarismo da racionalidade” (SANTOS, 2002).

TÍTULOS E RESUMOS DOS PARTICIPANTES DA MESA

Resumo 1

Espaços Públicos de Inclusão Digital: comunicação, políticas, sociabilidades

Juciano de Sousa Lacerda, docente, Assoc. Edu. Luterana Bom Jesus - IELUSC

A *inclusão digital* como *inclusão social* é recorrente nos discursos da Sociedade da Informação. Nesta mesa “Espaços Públicos de Inclusão Digital: comunicação, políticas, sociabilidades”, propomo-nos a discutir os aspectos comunicacionais, políticos e os processos de sociabilidade relacionados às experiências de inclusão digital em espaços públicos, para além da proposição de exclusão digital compreendida como privação das pessoas de *computador, linha telefônica e provedor de acesso*. Caracterizar a exclusão digital pelo não acesso a essa tríade é correr o risco de focalizar projetos mais na tecnologia de hardwares (equipamentos e estruturas) e softwares (programas) e passar quase despercebido pelas condições políticas e socioculturais, que não podem ser deixadas de lado em termos de cidadania digital.

Palavras-chave: Inclusão digital; comunicação; cidadania; sociabilidade; telecentros

Resumo 2

Internet e cidadania na América Latina, apontamentos para estratégias comunicacionais de transformação

A. Efendy Maldonado – docente, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

A problemática da comunicação nesta reflexão está orientada a pensar a realidade de mudança sociocultural de inícios de século na América Latina, na perspectiva de contribuir para a configuração de uma concepção de cidadania comunicacional que vincule as dimensões políticas, jurídicas, étnicas, sexuais e de faixa etária à constituição de novas formações sociais. Trata-se de uma delimitação no contexto latino-americano, que busca situar alicerces teórico-empíricos que sirvam para a formulação de estratégias de reconfiguração sociocomunicacional.

Palavras-chave: comunicação; cidadania; internet; América Latina

³⁰ “A concepção condutista, ocultando-se, estava perversamente fundida com outra epistemologia, a iluminista, segundo a qual o processo de educação, desde o século XIX, era concebido como um processo de transmissão do conhecimento para quem não conhece. O receptor era ‘tábua rasa’, apenas um recipiente vazio para depositar os conhecimentos originados, ou produzidos, em outro lugar” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 41).



Resumo 3

Dádiva ambivalente? Reflexões sobre os telecentros e a "inclusão digital"

Theóphilos Rifiotis – docente, Universidade Federal de Santa Catarina

Trata-se de um ensaio crítico sobre a estratégia dos telecentros como "política pública de inclusão digital". A reflexão está centrada na idéia de que a inclusão/exclusão nos moldes dos telecentros está reduzindo a complexidade das questões colocadas pela agenda política, traduzindo-as em termos de acesso a "jovens carentes". Configura-se então, a partir da própria definição dos sujeitos aos quais se destinam os telecentros, uma cidadania malograda, que tem como ícone o "jovem carente", e possibilita uma "inclusão digital" disciplinada por formas restritivas de uso dos recursos oferecidos pelos telecentros. Em outros termos, o foco da apresentação é colocado sobre "inclusão/exclusão digital" e as políticas públicas através de uma reflexão as possibilidades e limites de configuração de sujeitos sociais nas experiências dos telecentros. Espera-se deste modo contribuir para a discussão sobre o lugar e a possibilidade/capacidade do Estado atuar positivamente como protagonista, sobretudo com políticas universalistas que tem como fundamento a oferta de recursos e como contrapartida o seu uso disciplinado.

Palavras-chave: cibercultura, telecentro, inclusão digital, políticas públicas

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p.287-295.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. In: BOURDIEU, P. **As razões práticas**. São Paulo: Papyrus, 2003, p. 157-197.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 5.ed. , Petrópolis: Vozes, 2000, p. 373p.

DYSON, F. **O Sol, o Genoma e a Internet: ferramentas das revoluções científicas**. São Paulo: Cia das Letras, 2001, 140 p.

GARCÍA CANCLINI, N. Consumidores do século XXI, cidadãos do século XVIII. In: GARCÍA CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, p.37-71.

HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. In: HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 143-234.

JOSGRILBERG, F. B. Estratégias de inclusão digital e táticas cotidianas: o caso ACESSA São Paulo. In: MARQUES DE MELO, J. et al. **Sociedade do conhecimento: aportes latino-americanos**. S. Bernardo do Campo: Umesp, 2005, p. 113-129.



LACERDA, J. S. **Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais**: Conexões e sentidos entre espacialidades pessoais, arquitetônicas e digitais: um estudo da experiência dos internautas em telecentros de acesso público gratuito dos projetos Paranavegar e Faróis do Saber – Curitiba (PR). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. São Leopoldo: UNISINOS, 2008, 291 p.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 39-68.

MARX, K. Parte III. In: MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. 5. ed. Lisboa: Estampa, 1977, p. 228-237.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002, 384 p.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995, 157 p.

SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, 47 p.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?**. São Paulo: Loyola, 2002, 302 p.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006, 319p.

WOLTON, D. **Internet, e depois?**. Porto Alegre: Sulina, 2003, 232 p.